

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

JUNHO - 2018

MULTIMARCAS
ADMINISTRADORA
DE CONSÓRCIOS LTDA

INF9010

04.124.922

06

2018

Belo Horizonte (MG), 17 de Julho de 2020

Ao
Banco Central do Brasil
DESIG - STA

Ref.: Documento 9010 – Demonstrações Financeiras Consolidadas

Prezados senhores,

Em atendimento à Circular/Bacen nº 3.964 de 25.09.2019 e seguindo as especificações da Carta Circular nº 3.981 de 25.10.2019, a Multimarcas Administradora de Consórcios Ltda, inscrita sob. CNPJ: 04.124.922/0001-61 vem por meio deste disponibilizar as seguintes informações:

- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado;
- Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido;
- Demonstração do Fluxo de Caixa;
- Demonstração Consolidada dos Recursos de Consórcio;
- Demonstração Consolidada das Variações das Disponibilidades de Grupos;
- Notas Explicativas.

As mesmas seguem acompanhadas do Termo Declaratório quanto a responsabilidade pelas informações, conforme previamente definido em regulamenta o específica.

Data Base das Demonstrações: 30 de junho de 2018.

Divulga o para acesso público e gratuito no site da administradora:
www.multimarcasconsorcios.com.br, em 17/07/2020.

Atenciosamente,

Fabiano Lopes Ferreira
Sócio - Controlador

Belo Horizonte (MG), 17 de Julho de 2020

Ao
Banco Central do Brasil
DESIG - STA

TERMO DECLARATÓRIO

Eu, FABIANO LOPES FERREIRA, portador do CPF nº 275.769.656-49, no uso de minhas atribuições no cargo de Diretor/Estatutário, com poderes outorgados, declaro que assumo total responsabilidade pela veracidade e conteúdo dos documentos contidos no arquivo, conforme descritos na carta de apresentação, em atendimento a Circular/Bacen nº 3.964 de 25/09/2019.

Atenciosamente,

FABIANO LOPES FERREIRA
Sócio - Controlador

MULTIMARCAS ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA

**Demonstrações Financeiras
para os períodos findos em
30 de junho de 2018 e 31 de
dezembro 2017.**

MULTIMARCAS ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA

Demonstrações Financeiras - Base - 30 de junho de 2018

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanço Patrimonial.....	6
Demonstração do Resultado.....	8
Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido.....	9
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	10
Demonstração dos Recursos de Consórcio Consolidada.....	11
Demonstração nas Variações das Disponibilidades de Grupos Consolidada.....	12
Notas Explicativas �s Demonstrações Financeiras.....	13

Balço Patrimonial

30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017

(Em reais - R\$)

ATIVO	30/06/2018	31/12/2017
ATIVO CIRCULANTE	28.164.099	31.671.024
Caixa	3.752	2.451
Depósitos Bancários à Vista	239.678	1.032.337
Aplicações Financeiras Mercado Aberto	2.857.084	-
DISPONIBILIDADES IMEDIATAS	3.100.514	1.034.788
Adiantamentos Salariais	36.123	25.279
Taxa de Administração a Receber	408.720	252.976
Valores Pendentes Recebimento - Cobrança Judicial	21.601.585	26.506.435
Depósitos Judiciais	15.100	15.100
Impostos a Compensar	293	-
Adiantamentos Administrativos	86.374	159.445
Despesas Antecipadas	844.732	1.127.520
Devedores Diversos - Planos Encerrados	2.070.658	2.549.481
OUTROS CRÉDITOS	25.063.585	30.636.236
ATIVO NÃO CIRCULANTE	758.718	767.759
Outros Investimentos	660.000	660.000
Imobilizado	483.632	448.020
(-) Depreciação Acumulada	(384.914)	(373.221)
Imobilizado Líquido	98.718	74.799
Diferido	-	32.960
CONTAS DE COMPENSAÇÃO	461.761.194	382.537.702
Recursos Utilizados	430.428.415	358.377.238
Recursos a Utilizar	22.866.407	16.639.974
Prev. Mensal de Recursos a Receber	8.466.372	7.520.490
TOTAL	490.684.011	414.976.485

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Balço Patrimonial

30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017

(Em reais - R\$)

PASSIVO	30/06/2018	31/12/2017
PASSIVO CIRCULANTE	24.499.303	29.294.157
Impostos e Contribuiões s/ Salários	92.948	90.295
Impostos e Contribuiões s/ Receitas	841.316	710.359
Impostos Retidos a Recolher	287.729	311.143
Provisão de Férias/13º Salários e Encargos	374.239	244.633
Fornecedores	20.289	11.631
Depósitos não Identificados	86.455	105.482
Recursos não Procurados	1.018.075	1.314.179
Valores Pendentes Recebimento Cobrança Judicial	21.601.585	26.506.435
Provisão do IRPJ e CSLL	176.667	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.423.514	3.144.626
Capital Social	4.335.000	4.335.000
Lucros/Prejuízos Acumulados	(1.190.374)	(3.066.835)
Resultado do Exercício	1.278.888	1.876.461
CONTAS DE COMPENSAÇÃO	461.761.194	382.537.702
Recursos Utilizados	430.428.415	358.377.238
Recursos a Utilizar	22.866.407	16.639.974
Prev. Mensal de Recursos a Receber	8.466.372	7.520.490
TOTAL	490.684.011	414.976.485

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Demonstrações do Resultado
30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017
(Em reais - R\$)

DESCRIÇÃO	1º SEMESTRE 30/06/2018	EXERCÍCIO 31/12/2017
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	8.185	-
RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	8.185	-
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		
Receitas de Prestação de Serviços	47.913.776	76.912.799
Despesas com Pessoal	(1.870.064)	(3.359.087)
Despesas com Comissões de Vendas	(38.259.870)	(61.025.458)
Despesas Tributária	(3.229.379)	(5.234.034)
Despesas de Depreciação/Amortização	(44.653)	(113.424)
Despesas com Serviços Técnicos Especializados	(454.986)	(783.101)
Despesas com Propagandas e Publicidades	(445.687)	(616.496)
Despesas Financeiras	(92.802)	(245.089)
Despesas com Grupos de Consórcio	(863.597)	(1.084.430)
Outras Despesas Administrativas	(948.621)	(1.942.831)
	1.704.117	2.508.849
RESULTADO OPERACIONAL	1.712.302	2.508.849
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		
Receitas não Operacionais	28.365	95.829
Despesas não Operacionais	(55.359)	(19.647)
	(26.994)	76.182
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	1.685.308	2.585.031
IMPOSTOS SOBRE O LUCRO		
Provisão para o Imposto de Renda	(295.662)	(667.882)
Provisão para a Contribuição Social	(110.758)	(40.687)
	(406.420)	(708.569)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	1.278.888	1.876.462
LUCRO POR COTA DE CAPITAL (em reais)	0,29	0,43

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido

30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017

(Em reais - R\$)

DESCRIÇÃO	CAPITAL SOCIAL	LUCROS ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
SALDO FINAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	4.335.000	(3.066.835)	1.268.165
Resultado do 1� Semestre de 2017	-	1.482.534	1.482.534
SALDO FINAL EM 30 DE JUNHO DE 2017	4.335.000	(1.584.301)	2.750.699
Resultado do 2� Semestre de 2017	-	393.927	393.927
SALDO FINAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	4.335.000	(1.190.374)	3.144.626
Resultado do 1� Semestre de 2018	-	1.278.888	1.278.888
SALDO FINAL EM 30 DE JUNHO 2018	4.335.000	88.514	4.423.514

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Demonstração do Fluxo de Caixa
30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017

(Em reais - R\$)

DESCRIÇÃO	30/06/2018	31/12/2017
PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES		
Resultado Líquido do Período	1.278.888	1.876.461
Depreciações e Amortizações	44.653	113.424
Depreciações e Amortizações		
Lucros Acumulados		
RESULTADO LÍQUIDO AJUSTADO	1.323.541	1.989.885
I - DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
(AUMENTO) OU REDUÇÃO NOS ATIVOS OPERACIONAIS	5.572.651	(7.636.125)
Adiantamentos Salariais	(10.844)	(14.679)
Rendas a Receber	(155.744)	(39.746)
Valores Pendentes Recebimento - Cobrança Judicial	4.904.850	(5.206.492)
Depósitos Judiciais	-	186.043
Impostos a Compensar	(293)	19.114
Adiantamentos Administrativos	73.071	49.782
Despesas Antecipadas	282.788	(420.452)
Devedores Diversos - Planos Encerrados	478.823	(2.209.695)
AUMENTO OU (REDUÇÃO) NOS PASSIVOS OPERACIONAIS	(4.794.854)	5.831.810
Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.653	22.277
Obrigações Tributárias	107.543	(966)
Provisão de Férias/13º Salários e Encargos Sociais	129.606	56.771
Outros Valores a Pagar	(10.369)	(1.310)
Provisão para Imposto de Renda	128.314	(25.202)
Provisão para Contribuição Social	48.353	(11.232)
Obrigações por Recursos de Consórcio	(5.200.954)	5.791.472
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2.101.338	185.570
II - DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
	(35.612)	(16.850)
Adições e/ou Baixas de Investimentos	-	-
Adições e/ou Baixas Ativo Imobilizado	-	-
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(35.612)	(16.850)
III - DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
	-	-
Instituições Financeiras	-	-
Do Aumento de Capital	-	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	-	-
AUMENTO NAS DISPONIBILIDADES E VALORES EQUIVALENTES	2.065.726	168.720
(+) Caixa e Equivalência de Caixa no Início do Período	1.034.788	866.068
(-) Caixa e Equivalência de Caixa no Final do Período	3.100.514	1.034.788
(=) VARIACÃO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA NO EXERCÍCIO	2.065.726	168.720

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Demonstração Consolidada dos Recursos de Consórcio

30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017

(Em reais - R\$)

DESCRIÇÃO	30/06/2018	31/12/2017
ATIVO CIRCULANTE	101.335.112	82.225.775
Disponibilidades	658.610	410.680
Aplicações Financeiras	22.207.797	16.229.293
Outros Créditos	78.468.705	65.585.802
Direitos Junto a Consorciados Contemplados	78.468.705	65.585.802
COMPENSAÇÃO	2.398.895.089	2.103.882.086
Previsão Mensal de Recursos a Receber	8.466.372	7.520.490
Contribuições Devidas ao Grupo	1.242.667.705	1.087.873.443
Bens ou Serviços a Contemplar	1.147.761.012	1.008.488.153
TOTAL GERAL DO ATIVO	2.500.230.201	2.186.107.861
PASSIVO CIRCULANTE	101.335.112	82.225.775
Obrigações com Consorciados	30.310.841	26.579.298
Valores a Repassar	7.893.993	6.234.227
Obrigações Contemplações a Entregar	20.378.048	14.533.509
Obrigações com a Administradora	5.000	5.000
Recursos a Devolver a Consorciados	39.349.511	32.455.295
Recursos do Grupo	3.397.719	2.418.446
COMPENSAÇÃO	2.398.895.089	2.103.882.086
Recursos Mensais a Receber de Consorciados	8.466.372	7.520.490
Obrigações do Grupo por Contribuições	1.242.667.705	1.087.873.443
Bens ou Serviços a Contemplar	1.147.761.012	1.008.488.153
TOTAL GERAL DO PASSIVO	2.500.230.201	2.186.107.861

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Demonstração Consolidada na Variação da Disponibilidade de Grupos

30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017

(Em reais - R\$)

DESCRIÇÃO	1º SEMESTRE 30/06/2018	EXERCÍCIO 31/12/2017
DISPONIBILIDADES INICIAIS NO INÍCIO DO PERÍODO	16.639.973	16.059.538
Depósitos Bancários	410.680	431.324
Aplicações Financeiras do Grupo	4.552.191	2.879.753
Aplicações Financeiras Vinculadas a Contemplações	11.677.102	12.748.461
Cheques em Cobrança	-	
RECURSOS COLETADOS	88.151.420	146.631.931
Contribuições p/ Aquisição de Bens	28.701.965	47.697.131
Taxa de Administração	46.685.079	75.611.661
Contribuições ao Fundo de Reserva	1.542.704	2.296.811
Rendimentos de Aplicações Financeiras	458.256	940.320
Multas e Juros Moratórios	351.272	552.495
Prêmios de Seguros	3.821.930	5.701.801
Outros	6.590.214	13.831.712
RECURSOS UTILIZADOS	(81.924.986)	(146.051.496)
Aquisição de Bens	(25.061.413)	(46.797.345)
Taxa de Administração	(46.525.212)	(75.573.121)
Multas e Juros Moratórios	(176.617)	(277.348)
Prêmios de Seguros	(3.741.365)	(5.539.468)
Devolução a Consorciados Desligados	(307.461)	(5.083.267)
Outros	(6.112.918)	(12.780.947)
DISPONIBILIDADES FINAIS	22.866.407	16.639.973
Depósitos Bancários	658.610	410.680
Aplicações Financeiras	4.748.849	4.552.191
Aplicações Vinculadas Contemplações	17.458.948	11.677.102

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 30/06/2018 (em reais)

CONTEXTO OPERACIONAL

A sociedade tem por finalidade a constituição, organização e administração, na forma da legislação em vigor emanada pelo Banco Central do Brasil, de um consórcio, cujo objetivo é propiciar a cada um dos consorciados, mediante um fundo comum, a aquisição de veículos automotores, imóveis e outros bens.

2 ELABORAÇÃO E PUBLICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo as práticas contábeis no Brasil que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações Lei 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis 11.638 de 28/12/2007 e 11.941 de 27/05/2009 e normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil – Bacen específicas para empresas administradoras de consórcio e estão em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

As operações dos grupos de consórcio são registradas em contas de compensação da Administradora e controladas individualmente por grupo de consórcio. A posição patrimonial e financeira consolidada desses grupos de consórcio e as correspondentes variações nas disponibilidades de seus recursos estão sendo apresentadas respectivamente, nas demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio e das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio, conforme a Carta-Circular Bacen nº 3.147 de 29/09/2004.

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administradora se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, como imposto de renda diferido e provisão para contingências. A liquidação dessas transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administradora revisa essas estimativas e premissas periodicamente.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Administradora em 31 de Janeiro de 2019.

3 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis utilizadas para o registro e avaliação dos elementos patrimoniais são as seguintes:

3.1 DA ADMINISTRADORA

a) Resultado das Operações: A apuração do resultado é efetuada segundo o regime de competência, exceto pela taxa de administração que é reconhecida quando do efetivo recebimento das prestações dos consorciados, e a despesa com comissões sobre vendas é apropriada ao resultado quando da realização da venda.

b) Caixa e Equivalentes de Caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo denominados em reais, com alto índice de liquidez no mercado e vencimentos não superiores a 90 dias, ou para os quais inexistam multas ou quaisquer outras restrições de resgate imediato.

c) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez: São demonstradas pelo valor aplicado, acrescido, dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

d) Títulos e Valores Mobiliários: De acordo com o estabelecido pela Circular/Bacen nº 3.068 de 08/11/2001, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira devem ser classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administradora, quais sejam:

- Títulos para negociação;
- Títulos disponíveis para venda;
- Títulos mantidos até o vencimento.

Conforme a intenção da Administradora os Títulos e Valores Mobiliários da empresa foram classificados como sendo para “negociação”.

Os títulos para negociação são apresentados no ativo circulante, independentemente dos respectivos vencimentos. Compreende os títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São avaliados pelo valor de mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização computado ao resultado.

e) Outros Ativos e Realizável a Longo Prazo: Os demais ativos são apresentados ao valor de custo, deduzindo, quando aplicável, por provisão para ajuste do valor de realização.

f) Imobilizado de Uso: Os imobilizado de uso e demonstrado pelo custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear.

g) Avaliação do Valor Recuperável de Ativos: Conforme Circular/Bacen nº 3.387 de 03/06/2008, que aprovou o pronunciamento técnico CPC nº 01, os ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda de seus valores. A Administradora não teve nenhum ativo sujeito a perda pelo seu valor recuperável durante este exercício de 2018.

h) Provisão para Riscos, Ativos e Passivos Contingentes: O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos, provisões de risco e passivos contingentes, e

obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Circular/Bacen nº 3.484 de 02/02/2010, que aprovou o pronunciamento técnico CPC nº 25, sendo os principais critérios os seguintes:

- **Ativos contingentes:** não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- **Provisões:** é determinada a probabilidade de quaisquer julgamentos ou resultados desfavoráveis destas ações, assim como do intervalo provável de perdas. A determinação da provisão necessária para essas contingências é feita após análise de cada ação. Estão provisionadas as contingências para aquelas ações que julgamos como provável a possibilidade de perda. As provisões requeridas para essas ações podem sofrer alterações no futuro devido às mudanças relacionadas ao andamento de cada ação;
- **Passivos contingentes:** os passivos contingentes, classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos, são divulgadas em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perdas remotas não são passíveis de provisão ou divulgação;
- **Os depósitos judiciais:** são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento as normas do Bacen.

i) Imposto de Renda e Contribuição Social: A provisão para imposto de renda é calculada pela alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável acima de R\$ 20 mensais (R\$ 240 para o exercício). A contribuição social é calculada pela alíquota de 9%.

3.2 DOS GRUPOS DE CONSÓRCIO

Os ativos e passivos circulantes estão representados, principalmente, pelas contas a seguir, que incluem valores a vencer acima de 360 dias, conforme determina o modelo de publicação do Banco Central do Brasil - BACEN.

a) Aplicações Financeiras: São demonstradas pelo valor aplicado, acrescido, dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Os rendimentos das aplicações são rateados pelos grupos proporcionalmente aos seus saldos diários.

b) Bens Apreendidos ou Retomados: Representam o valor dos bens apreendidos e retomados dos clientes inadimplentes.

c) Direitos com Consorciados Contemplados: Contempla os valores a receber dos consorciados referentes as parcelas vincendas do fundo comum e fundo de reserva.

d) Previsão Mensal de Recursos a Receber de Consorciados: Representa o valor das contribuições a receber (do fundo comum e do fundo de reserva) dos consorciados ativos no mês subsequente ao do balanço.

e) Contribuições Devidas aos Grupos: Demonstra a previsão de recebimento do fundo comum e fundo de reserva até o término dos grupos, calculada de acordo com os preços dos respectivos bens na data do balanço.

f) Valor dos Bens a Contemplar: Apresenta o valor total dos bens a contemplar em assembleias futuras, calculado de acordo com os preços dos respectivos bens na data do balanço.

g) Obrigações com Consorciados: Representam o fundo comum, recebido dos consorciados não contemplados para aquisição de bens, o fundo de reserva, a taxa de administração e o seguro, recebidos de consorciados de grupos em formação, acrescidos de rendimentos financeiros.

h) Valores a Repassar: São valores recebidos e ainda não repassados a terceiros pelo grupo, relativos a taxa de administração, prêmios de seguros, multas, juros moratórios e multas rescisórias.

i) Obrigações por Contemplações a Entregar: São créditos a repassar aos consorciados, pelas contemplações nas assembleias, acrescidos de rendimentos financeiros.

j) Obrigações com a Administradora: Representam o valor de eventuais obrigações do grupo de consórcio com a respectiva administradora.

k) Recursos a Devolver a Consorciados: Contempla os recursos coletados a serem devolvidos a consorciados ativos pela sobra de caixa (pagamentos a maior de parcelas), bem como os valores a pagar aos consorciados desistentes e excluídos relativos as respectivas contribuições de fundo comum e ao fundo de reserva, deduzidos das multas aplicadas, ambos atualizados pela variação do preço do bem na data do balanço.

l) Recursos dos Grupos: São recursos recebidos a título de fundo de reserva, os rendimentos de aplicações financeiras, as multas, os juros moratórios retidos no grupo, as multas rescisórias retidas e a atualização dos direitos com consorciados contemplados, bem como a atualização das obrigações dos itens do passivo quando ocorrer variação do preço do bem.

m) Informações Complementares sobre os Grupos em Andamento

Seg.	N° de Grupos	QUANTIDADE DE COTAS		N° PARTICIPANTES	
		Contempladas	Não Contempladas	Ativos	Quitados
I	23	984	6.160	7.144	115
II	02	47	1.213	1.260	00
III	19	1.201	7.489	8.690	116
IV	23	2.133	9.982	12.115	219
VI	06	103	687	790	04
TOTAL	73	4.468	25.531	29.999	454

A taxa de administração média cobrada nos grupos ativos (bens móveis) é de 15%.
A taxa de administração média cobrada nos grupos ativos (bens imóveis) é de 26%.

4 Caixa e Equivalente de Caixa

	31.DEZ.2018	31.DEZ.2017
Caixa	1.276	2.451
Depósitos Bancários	-	1.032.337
Total	1.276	1.034.788

5 Títulos e Valores Mobiliários – Administradora e Grupos de Consórcio

	ADMINISTRADORA		GRUPOS	
	Valor custo/mercado		Valor custo/mercado	
	31.dez.18	31.dez.17	31.dez.18	31.dez.17
Títulos para negociação				
Cotas de fundos de investimentos	6.040.151	0,00	31.056.766	17.349.949
Total	6.040.151	0,00	31.056.766	17.349.949

As aplicações em cotas de fundos de investimento são atualizadas diariamente conforme o valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os fundos de investimentos não exclusivos.

A administração classifica os títulos e valores mobiliários de acordo com sua intenção de negociação. No exercício findo em 31.12.2018 e no exercício findo em 31.12.2017 não foram realizadas reclassificações ou alterações nas intenções, por parte da Administração.

6 Outros Créditos Diversos

	31.dez.2018	31.dez.2017
Serviços prestados a receber	2.091.215	252.976
Valores pendentes de recebimento – cobrança judicial	21.964.914	26.506.435
Adiantamentos salariais	17.262	25.279
Impostos a compensar	6.516	0
Devedores diversos	106.883	159.446
Empréstimos a receber de grupos encerrados	3.425.276	2.549.481
Depósitos judiciais	15.100	15.100
Despesas antecipadas	-	1.127.520
Total	27.627.166	30.636.237
Curto Prazo	2.221.876	1.580.321
Longo Prazo	25.405.290	29.055.916

7 Investimentos

Descrição	Deprec.	Custo Corrig.	Deprec. Acum	31/dez/2018	31/dez/2017
				Valor Líquido	Valor Líquido
Imóvel – Pinheiro/MA	-	60.000	-	60.000	60.000
Imóvel – Rio Verde/GO	-	60.000	-	60.000	60.000
Imóvel – Belo Horizonte/MG	-	540.000	-	540.000	540.000

8 Imobilizado de Uso

Descrição	Deprec.	Custo Corrig.	Deprec. Acum	31/dez/2018	31/dez/2017
				Valor Líquido	Valor Líquido
Instalações	10%	18.723	(8.714)	9.224	10.793
Moveis e utensílios	10%	292.014	(220.210)	65.471	41.601
Sistema de comunicação	10%	65.896	(65.371)	410	641
Processamento de Dados	20%	151.401	(86.653)	58.923	15.664
Veículos	20%	9.150	(3.965)	4.270	6.100
TOTAL				138.299	74.799

9 Outras Obrigações

	30.dez.2018	31.dez.2017
Fiscais e Previdenciárias:		
Impostos retidos de terceiros	309.946	311.143
COFINS a recolher	409.366	55.367
PIS a recolher	88.859	12.004
ISS a recolher	879.968	668.518
Parcelamento do PIS e COFINS	-	(25.530)
INSS a recolher	72.927	65.140
FGTS a recolher	16.186	14.869
IRRF s/ salários	12.345	10.286
Total	1.789.597	1.111.796
Diversas:		
Recursos não procurados – Grupos ¹	2.041.737	1.314.179
Valores pendentes de recebimento – cobrança judicial ²	21.964.914	26.506.435
Provisão para pagamentos e efetuar	270.673	244.633
Outras obrigações	133.907	117.114
Créditos de grupos de consórcio	6.974.902	-
Total	31.386.133	28.182.361
Curto Prazo	2.194.177	1.473.543
Longo Prazo	30.981.553	27.820.614

10 Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social é de R\$ 4.335.000 (R\$ 4.335.000 em 31.dez.2017), dividido em 4.335.000, (4.335.000 em 31.dez.2017) quotas com valor nominal de R\$1,00.

¹ Valores não retirados por consorciados desistentes e excluídos, bem como aqueles oriundos de fundo de reserva à disposição de consorciados, relativos a grupos encerrados, estando depositados em Fundos de Investimentos.

² Valor a receber de consorciados de grupos encerrados que interromperam o pagamento de suas mensalidades e foram acionados judicialmente. Os valores são registrados também no ativo circulante.

11 Limites de Alavancagem

Levando-se em consideração que o limite de alavancagem das administradora de consórcio estabelecido na Circular/Bacen nº 3.524 de 03/02/2011 é de 6 (seis) vezes o valor de seu patrimônio líquido ajustado, obtido através dos seguintes fatores:

CONTA	DESCRIÇÃO	VALORES
(+)09.0.0.0.0-7	Disponibilidades (4350)	31.876.271
(-)09.6.0.0.0-9	Aplicações Vinculadas a Contemplação (4350)	(22.991.724)
(+)4.0.0.00.00-8	Passivo Circulante (4010)	33.175.730
(-)4.9.8.93.20-9	Valores Pendentes Receb. – Cobr.Judicial (4010)	(21.964.914)
		20.095.363
	Divisor utilizado	6
	Patrimônio Líquido Exigido (1)	3.349.227
(+)6.0.0.00.00-2	Patrimônio Líquido Contábil em 31.12.2018	1.291.163
(+/-)	Ajustes da Auditoria	-
	Patrimônio Líquido Ajustado (2)	1.291.163
	DÉFICIT PATRIMONIAL (3) = (2)-(1)	(2.058.064)

12 Limites de Imobilização

Mediante o limite de imobilização determinado no artigo 2º, parágrafo 1º, inciso I da Circular Bacen nº 3.524 de 03/02/2011, o Ativo Permanente das administradoras de consórcio a partir de 31/01/2015, não poderá ultrapassar 100% do valor do respectivo PLA, como demonstramos a seguir com base no balanço de 31/012/2018:

CONTA	DESCRIÇÃO	VALOR	%
6.0.0.00.00-2	Patrimônio Líquido Ajustado	1.291.163	
	100% PLA (limite)	1.291.163	
2.2.0.00.00-2	Permanente	796.299	62%
	LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO	494.864	

13 Receitas de Prestação de Serviços e Outras Receitas

Composta, basicamente, por taxa de administração de grupos de consórcio.

	31.dez.2018	31.dez.2017
Receitas de taxa de administração	118.807.930	76.912.799
Receitas financeiras	63.220	-
Outras receitas	41.583	95.829
Total	118.912.733	77.008.628

14 Despesas de Pessoal

	31.dez.2018	31.dez.2017
Benefícios ³	411.739	354.525
Encargos sobre folha ⁴	882.218	767.018
Proventos ⁵	2.679.773	2.237.544
Total	3.973.730	3.359.087

15 Outras Despesas Administrativas

	31.dez.2018	31.dez.2017
Comissões ⁶	94.302.591	61.025.458
Serviços técnicos especializados	936.673	783.101
Depreciação e amortização	58.625	113.424
Despesas tributárias	8.234.827	5.234.034
Despesas financeiras	186.460	245.089
Propaganda, publicidades e relações públicas	1.195.924	616.496
Despesas com grupos de consórcio	7.773.353	1.084.430
Provisão do imposto de renda e contrib. Social	717.765	708.570
Outras despesas administrativas ⁷	2.637.665	1.942.832
Outras despesas não operacionais	65.583	19.647
	116.109.466	71.773.081

16 Componente Organizacional de Auditoria

Atendendo ao disposto na Circular/Bacen nº 3.501 de 16/07/2010, a estrutura do Componente Organizacional de Ouvidoria foi implementado, estando de acordo com a natureza e complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas da Administradora.

A Resolução nº 4.433 de 27/07/2015 do Bacen revogou a Resolução 3.849 de 25/03/2010, que em seu artigo 4º, parágrafo 6º, item I, obrigava revisão do relatório de Ouvidoria pela auditoria externa.

³ São benefícios do tipo vale-alimentação, assistência médica, cesta básica e outros pagos exclusivamente aos colaboradores CLT da Administradora.

⁴ São contribuições as previdências sociais (INSS) e ao fundo de garantia do trabalhador (FGTS) incidentes sobre os proventos.

⁵ Gastos com a remuneração dos colaboradores a título de salários, prêmios de produção, gratificações e outros proventos fruto do trabalho por ora realizados.

⁶ Refere-se ao pagamento de serviços de intermediação de vendas de cotas de consórcio.

⁷ Refere-se, substancialmente a despesas de aluguéis, comunicações, manutenção e conservação de bens, e despesas de viagens.

17 Manual de Controles Internos

A Administradora mantém atualizado o manual de controles internos, onde encontra-se registrado:

- a) O processo operacional da Administradora e dos Grupos de Consórcio;
- b) O gerenciamento de riscos;
- c) O gerenciamento das contingências.

18 Autorização para Conclusão das Demonstrações Financeiras

A Diretoria da Administradora autorizou a conclusão das presentes demonstrações financeiras em 31 de janeiro de 2019.

19 Convergência das Práticas Contábeis

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis as Instituições Financeiras somente quando aprovadas pelo CMN - Conselho Monetário Nacional.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados foram:

- *Resolução nº 3.566/08 – Redução do Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- *Resolução nº 3.604/08 – Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- *Resolução nº 3.750/09 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- *Resolução nº 3.823/09 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- *Resolução nº 3.973/11 – Evento Subsequente (CPC 24);
- *Resolução nº 3.989/11 – Pagamento baseado em Ações (CPC 10);
- *Resolução nº 4.007/11 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC23).

Atualmente não é possível estimar quando o Bacen irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, nem tampouco, se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva ou introspectiva. Com isso ainda não é possível quantificar os impactos contábeis da utilização desses pronunciamentos nas demonstrações contábeis.

20 Gerenciamento de Riscos

a) Risco de Crédito

A atividade de administração de consórcios, por sua própria natureza, possui reduzidos fatores de riscos financeiros, visto que o principal risco, o de crédito de um grupo de consórcio, é assumido pelo grupo de consorciados. Contudo, a

administradora pode, por questões comerciais, assumir os saldos dos grupos que venham a se encerrar devedores, assumindo os créditos juntos aos consorciados inadimplentes.

A empresa tem como prática a contemplação de todos os consorciados adimplentes quando do encerramento dos grupos de consórcio, mesmo que o grupo se encerre devedor. Essa prática expõe a administradora a um risco de crédito, cuja gestão é realizada corporativamente e busca minimizar potenciais efeitos adversos na empresa. Os principais procedimentos de gestão do risco de crédito são: análise de crédito detalhada quando do pagamento do bem ou serviço ao consorciado e a obtenção de garantias, alienação do bem entregue ou garantia real no caso de um serviço.

b) Risco de Liquidez

A Administradora é capitalizada, não possui recursos tomados junto a terceiros e todas suas disponibilidades são aplicadas em Títulos e Valores Mobiliários, em sua maioria de liquidez imediata, em instituições financeiras, consideradas pelo mercado, de primeira linha. Sendo assim, o risco de liquidez da Administradora é praticamente nulo. Adicionalmente, a Administradora possui limites de patrimônio líquido ajustado e limites operacionais que estão sendo observados pela administração, conforme disposições do Banco Central do Brasil.

21 Expediente do Banco Central do Brasil

Recebemos os expedientes do Banco Central do Brasil (Desuc - GTNOR), ofícios 1021 e 1022 - PE 116247 informando o resultado da inspeção direta realizada com base de 30.06.2017, e atualizações até a data base 31.08.2018, solicitando providências quanto aos ajustes constantes da Súmula de Ocorrências em anexo, determinando prazo de 30 (trinta) dias para apresentação de manifestação por escrito aquela Supervisão, acerca das providências adotadas com vistas ao saneamento das irregularidades apontadas. Posteriormente, a Administração apresentou junto ao Banco Central do Brasil, relatório detalhado das ações e providências tomadas, e aguarda despacho ao seu pleito.

22 Cobertura de Seguros (NÃO AUDITADO)

A Administradora tem por política contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela atividade.

A Administradora realiza o gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar potenciais riscos e sinistros, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operações, sendo a cobertura de seguros consistentes com as outras empresas de dimensões semelhantes operando no setor.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela administração da Sociedade que considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

23 Fatos Subsequentes

A Administradora não apresenta eventos relevantes subsequentes ao fechamento de 30 de junho de 2018.

FABIANO LOPES FERREIRA
Sócio - Controlador

MAGNUM LAMOUNIER FERREIRA
Sócio - Gerente

FERNANDO LAMOUNIER FERREIRA
Sócio - Gerente

VALDIR LOPES DOS SANTOS
TC-CRC/MG 41.734